

# Apresentação

O presente dossiê é resultante do trabalho realizado por Luciano Joel Fedozzi, Heleniza Ávila Campos, Mario Leal Lahorgue, Paulo Roberto Rodrigues Soares e Vanessa Marx, professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadores do Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles. A partir de discussões realizadas no âmbito do INCT – “As metrôpoles e o direito à cidade”, a proposta deste volume de *Cadernos Metrôpole* tem a intenção de contribuir com os estudos sobre a trajetória dos movimentos sociais ligados à questão urbana na contemporaneidade.

O tema dos movimentos sociais urbanos ganhou destaque nas décadas de 1970/1980. A sua presença na agenda acadêmica, em especial na sociologia urbana, naquela época, ocorreu num contexto histórico de superação do modelo fordista de acumulação capitalista marcado por profundas transformações socioeconômicas, políticas e culturais, que deram início a um novo ciclo de reconfiguração da relação Estado, território e sociedade. Nesse contexto, nos primórdios do modelo neoliberal e do avanço da globalização, a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a questão urbana foi tematizada por vários ângulos teóricos que tentaram lançar luz para a explicação e o entendimento dos novos fenômenos urbanos emergentes. Um dos principais fenômenos diz respeito ao surgimento dos chamados movimentos sociais urbanos.

Sem dúvida, Castells, juntamente com Lojkin e Borja, foram os principais autores dessa época, embora com divergências que iriam acentuar-se quanto ao lugar do urbano no sistema capitalista tardio. Ancorado na ideia da necessidade de uma teoria marxista específica sobre o espaço urbano, Castells defendeu a conhecida tese de que o espaço urbano cumpriria uma função-chave para a reprodução da força de trabalho, possível pela concentração dos meios de consumo coletivo. Esse fenômeno seria próprio da gestão estatal no contexto do capitalismo monopolista. Assim, os movimentos sociais urbanos foram explicados como resultante das contradições engendradas pela ordem capitalista monopolista e da sua incapacidade para assegurar a produção, a distribuição e a gestão dos meios de consumo coletivo necessários à vida cotidiana. O autor propõe o conhecido conceito de Movimentos Sociais Urbanos (MSU), entendido como um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida, a partir de contradições específicas da problemática urbana.

Nesse escopo teórico, Castells desenvolve uma análise dos movimentos sociais, principalmente na Espanha, enfatizando a sua relevância como questionadores das ações do capital monopolista na organização do espaço e da vida urbana. Os movimentos seriam resultantes do contexto em que setores amplos da população, não necessariamente inseridos na classe operária tradicional na divisão social do trabalho, unem-se e articulam-se visando à defesa de um espaço social ameaçado pela expansão desenfreada da especulação imobiliária e pela convivência com o burocratismo da administração municipal.

A semelhança entre o contexto histórico espanhol e o de países da América Latina, que viviam processos de lutas pelo fim dos regimes autoritários e apresentavam uma realidade urbana de exclusão social, concentração das riquezas e práticas institucionais autoritárias, fez com que os estudos de Castells tivessem ampla repercussão no Brasil e na América Latina. Muitos estudos foram desenvolvidos no País e no continente, em especial no Chile, na perspectiva teórica do espaço urbano e dos MSU.

O Brasil estava vivendo a intensidade do processo de urbanização e industrialização que, como sabido, foi marcado por relações de espoliação urbana e de produção de grande desigualdade, no dizer de Kowarick. A análise acadêmica das ciências sociais e do urbanismo começa a focalizar as relações entre a ação do Estado e os movimentos sociais de moradores das periferias urbanas, dado o crescimento exponencial da favelização, da segregação e da periferização nos grandes centros urbanos.

A noção de que a luta de classes e as lutas libertárias se desdobravam em lutas urbanas e contrárias à burocratização do capitalismo foi uma lufada teórica inovadora para a época, pois forneceu elementos para a compreensão da transformação da ação das classes populares no processo de desenvolvimento excludente que o País vivia.

A perspectiva economicista e teleológica da teoria dos MSU de Castells demonstrou, entretanto, seus limites com o decorrer do processo histórico. No próprio campo da teoria crítica, Castells sofreu cada vez mais contestações, como de Lojkine e de Topalov. Para esses autores, o urbano transcendia a função da reprodução da força de trabalho, constituindo-se também em *locus* das *condições gerais da produção*. Ao mesmo tempo, teóricos marxistas recuperavam Lefebvre para sustentar uma teoria do espaço urbano bem mais complexa, que não se limitava à expressão da luta de classes.

É preciso considerar, também, o surgimento da onda de protestos representada pelas surpreendentes mobilizações em torno de questões “pós-materiais” realizadas por novos atores nas sociedades desenvolvidas durante as décadas de 1960/1970. A questão racial nos EUA, as reivindicações pela igualdade de gênero, a revolução sexual, os movimentos ambientalistas, o protagonismo dos estudantes e jovens no questionamento da sociedade industrial e burocratizada e a busca por um novo estilo de vida alternativo.

Nesse novo contexto, as teorias hegemônicas sobre os movimentos urbanos, o marxismo-estruturalista e o funcionalismo (que interpretava os movimentos sociais como reação irracional ou emotiva de indivíduos isolados) sofreram fortes abalados. Foi nesse período também, no final dos

anos 1980, que os grandes paradigmas macrosociológicos, que dominavam o campo disciplinar das ciências sociais, colapsaram. Esse conjunto de fatores resultou no enfraquecimento e no ocaso da teoria dos MSU de cunho marxista.

Os MSU perderam, assim, a condição de especificidade teórica, e as mobilizações em torno das lutas urbanas passaram a ser abordadas a partir de novas teorias gerais sobre a ação coletiva, o engajamento e o associativismo. De forma absolutamente sintética, é possível mencionar, por ordem cronológica, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), de McCarthy e Zald; a Teoria do Processo Político (TPP), de Tilly, Tarrow e McAdam, ambas surgida nos EUA; e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), elaborada por autores europeus a partir de teorias sociais distintas (Touraine, Habermas e Melucci).

Essas novas teorias ganharam, em grau maior ou menor, adeptos no Brasil e na América Latina. Dentre elas, a mais profícua e hoje hegemônica é a Teoria do Processo Político (TPP), principalmente após as reelaborações que sofreu nos últimos tempos. O grande legado da TPP é sua abordagem *relacional*, a qual supõe a interdependência e a mútua constituição dos agentes nas interações contenciosas ou colaborativas. Essa abordagem rejeita as concepções que presumem Estado e sociedade como entidades coesas e monolíticas. Ela é crítica às teorias substancialistas e essencialistas, ou seja, as abordagens epistemológicas que interpretam as instituições ou os agentes como possuidores de atributos autônomos e independentes dos processos interativos reais (construcionistas).

Ao mesmo tempo, desde as décadas de 1970/1980, ocorreram profundas mudanças econômicas e políticas do desenvolvimento capitalista, em nível mundial e nacional. O aprofundamento da nova ordem globalizada nos moldes neoliberais reconfigurou a clássica relação entre território, em especial as metrópoles, o Estado e a acumulação capitalista. A questão urbana, historicamente funcional à acumulação capitalista, conforme Harvey, tornou-se chave para a nova fase de mercantilização e financeirização na nova ordem caracterizada pelo rentismo, como mostram Chesnais e Paulani.

Nesse contexto de aumento da complexidade da questão urbana e adoção do padrão neoliberal de acumulação, surge um novo quadro de mobilizações caracterizado pela diversidade de atores sociais e pela multiplicidade de temas e de formas de ação coletiva (repertórios) em torno da vida urbana, principalmente nas grandes cidades. Obviamente esse quadro se apresenta de forma distinta nos países centrais e periféricos. No Brasil, com os movimentos sociais clássicos, expressivos das reivindicações materiais por bem-estar urbano, percebe-se a emergência de novos sujeitos que atuam em várias frentes e apresentam uma pluralidade de pautas e repertórios de ação diversificados. Os repertórios vão da ação direta, caso das ocupações para moradia, aos coletivos culturais. Ganha destaque a formação de redes de ação, com padrões de organização horizontais, espontâneos, descentralizados e até efêmeros, prática facilitada pelas tecnologias de comunicação. Essa multiplicidade do ativismo expressa tanto formas de resistência e de insurgência à mercantilização das cidades, como também a construção de identidades culturais diante da

transformação espacial e simbólica dos espaços urbanos. Por isso, além das classes subalternas, cresce o ativismo urbano de outras classes e camadas sociais.

A categoria ativismo urbano, que está cada vez mais presente na literatura acadêmica, parece expressar esse novo contexto no qual a ação coletiva e o engajamento em torno do direito à cidade não negam o conceito de movimentos sociais, mas o supõem. Todavia, a noção de ativismo urbano amplia o olhar sobre a diversidade da ação urbana. O desafio dos estudos sobre as ações coletivas em torno do urbano, portanto, situa-se no plano da análise concreta desses ativismos, a partir de referências teóricas capazes de explicar a emergência e a configuração processual das várias mobilizações urbanas.

O conjunto de artigos do presente dossiê ilustra a diversidade do ativismo urbano na atualidade. Nos estudos de que os leitores dispõem, será possível perceber valiosas contribuições teóricas e empíricas sobre uma ampla gama temática e de uso de repertórios diversos que representam, em última instância, tanto processos de resistência como a construção de alternativas à mercantilização do espaço urbano na etapa neoliberal.

Em *Produção capitalista do espaço e meio ambiente: ativismo urbano-ambiental e gentrificação verde no Brasil*, Pedro Henrique Campello Torres, Mariana Motta Vivian e Taísa de Oliveira Amendola Sanches discutem a apropriação pelo capital de áreas verdes de cidades. Os autores tratam da variação polissêmica do conceito de gentrificação vinculado a uma ampla e gradual mudança em direção às políticas econômicas e sociais. São estudados três casos em diferentes estados brasileiros para verificar de que forma grupos sociais têm reagido a esses processos: a Comunidade do Horto, no entorno do Jardim Botânico no Rio de Janeiro (RJ), a Fazenda do Arado, localizada no extremo-sul de Porto Alegre, e o Parque do Minhocão, em São Paulo (SP). Em cada caso, identificam-se interfaces distintas com conceitos como racismo ambiental, comunidades tradicionais, justiça ambiental, judicialização e luta por direitos e mobilidade urbana, entre outros temas caros à contemporânea luta por direitos na cidade.

O artigo *Processos e materialização da agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo, o caso da Horta das Corujas*, de Gustavo Nagib, trata do processo de implementação da agricultura urbana na maior metrópole do País, a cidade de São Paulo. O estudo debruça-se sobre a Horta das Corujas, a primeira experiência de horta comunitária da cidade que deu origem à rede dos Hortelões Urbanos. A partir de entusiastas no tema da produção de alimentos na cidade, criou-se um movimento para a prática da agricultura urbana em espaços públicos, exercendo as redes sociais de comunicação importante papel para promover o engajamento de indivíduos no projeto. A horta comunitária insere-se em um processo de transformação socioespacial e cultural da relação das pessoas com a cidade, conduzindo a novas reflexões sobre o espaço urbano e atualizando o debate acerca do direito à cidade.

Em *Entre o ativismo on e off-line: o Busão da Comunidade conquista o espaço urbano*, os autores Ana Maria Pereira Caetano, Maria Luiza Almeida Cunha de Castro e Marco Antônio Penido Rezende analisam a apropriação das tecnologias da informação e comunicação pelas populações da periferia e seu papel na ação coletiva e como meio propulsor, via contatos instantâneos e em

rede, de movimentos reivindicatórios. O recurso ao ativismo digital, por parte de movimentos que discutem mobilidade na periferia das cidades, parece ilustrar um dos papéis desempenhados pelas inovações tecnológicas de comunicação nas lutas pela reconfiguração do uso dos espaços urbanos. O caso em questão é o da implantação do Busão da Comunidade localizado no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte.

Em *Los espacios de furia. Política y ciudad a través de las luchas urbanas por la vivienda en Santiago de Chile (1990-2016)*, Alex Paulsen Espinoza, Laura Rodríguez Negrete e Rodrigo Hidalgo Dattwyler abordam as lutas sociais em torno do direito à moradia na metrópole de Santiago do Chile. Os autores discutem o pretenso “consenso neoliberal chileno” e as contradições sociais que ele instaurou, ao promover a despolitização dos processos sociais, substituindo as lutas pelo direito à cidade pelo “direito” à propriedade e ao consumo. Entretanto, surgem alguns movimentos sociais com o objetivo de ressignificar o espaço urbano. O artigo analisa um “novíssimo” movimento social, oriundo de movimentos culturais e que atualiza as lutas sociais a partir da utilização de repertórios diferenciados com relação aos mais tradicionais movimentos sociais urbanos.

O artigo *Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia*, de Renato Abramowicz Santos, aborda o tema das ocupações de moradia, especificamente a ocupação Mauá localizada no centro de São Paulo. A dimensão do conflito é um elemento central no texto, e as ocupações constituem-se como lugar de resistência de agenciamentos, repertórios e eventos. Os elementos observados no artigo, que se utilizou de pesquisa etnográfica, foram formulados a partir de três eixos: cotidiano, território e conflito. Esses três eixos não são estanques ou isolados, suas fronteiras são pouco nítidas e eles compõem e atravessam muitos eventos, circuitos e mobilidades que se criam a partir de uma ocupação. Por último, o texto aborda o campo de gravitação social que se arma a partir de uma ocupação e a cartografia política a que ele se constela, na qual a disputa sempre está presente pela produção e apropriação do espaço urbano.

Em *Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo*, Luciana Nicolau Ferrara, Talita Anzei Gonsales e Francisco de Assis Comarú trazem o conceito de espoliação urbana, surgido na década de 1970, por Kowarick, para demonstrar a precariedade urbana e da moradia numa multiplicidade de dimensões, contradições e conflitos relativos à propriedade privada imobiliária e às possibilidades de insurgência. Dois casos de ocupação são analisados, a Gaivotas, no distrito de Grajaú, extremo sul do município de São Paulo, e o prédio na avenida São João, n. 588, antigo Hotel Columbia Palace, centro de São Paulo. São utilizados conceitos como os de cidadania insurgente, planejamento insurgente, planejamento radical e planejamento conflitual. O estudo ressalta que os grupos dos sem-teto se limitam a demandar moradia enquanto bem imóvel nos mesmos moldes da propriedade privada individual e seguem lutando, com algumas conquistas, muitas derrotas e sofrendo perseguições e criminalização.

No artigo *Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal*, Marina Sanders Paolinelli e Thiago Canettieri fazem um balanço dos dez anos de lutas de movimentos sociais de Belo

Horizonte, destacando as ocupações organizadas. É analisada a trajetória de atuação dos movimentos, focando três formas de ação entrecruzadas: ação direta, ação inconstitucional e ação cotidiana. Ganha destaque o Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB). Também é destacado o papel das Jornadas de Junho de 2013 como força legitimadora das ocupações, assim como o Comitê dos Atingidos pela Copa das Confederações de 2013 e pela Copa do Mundo, em 2014. Essa efervescência levou a uma ampla participação do setor popular organizado na IV Conferência Municipal das Políticas Urbanas (2013 e 2014) para a revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte.

Em *Experiências de planos de bairro no Nordeste brasileiro: articulando planejamento insurgente e direito à cidade*, Thaís de Miranda Rebouças, Maya Manzi e Laila Nazem Mourad analisam duas experiências de planejamento insurgente, em escala de bairro, no Brasil. Os dois bairros, de Salvador (BA) e Recife (PE), aparecem como microcosmos das contradições enfrentadas pelas cidades brasileiras e suas práticas de planejamento urbano. O texto articula a análise de caso com a discussão teórica sobre novos sistemas de ideias a respeito do planejamento urbano. O artigo não se limite a indicar avanços das práticas, mas mostra com propriedade as contradições inerentes ao processo de planejamento a partir de baixo. A insurgência é, ao mesmo tempo, contra o Estado e uma reação a este mesmo Estado, propondo soluções para problemas enfrentados. Assim, a prática insurgente, ainda que subversiva, não nega o Estado nem se localiza num espaço completamente fora dele. Ao mostrar que os resultados dos Planos não foram totalmente atendidos, o texto indica que a efetividade da insurgência muitas vezes está na apropriação do saber da e sobre a cidade por seus próprios moradores.

No artigo *A bicicleta como resistência: o paradigma rodoviarista e o papel do ativismo ciclista no município de São Paulo/SP*, Lucas Bravo Rosin e Cristiane Kerches da Silva Leite analisam os conflitos e as disputas sobre a mobilidade urbana em São Paulo, com base no cicloativismo. Os autores historicizam o ativismo em quatro gerações a partir dos anos 1980, indicando um longo processo de acumulação de forças para chegar aos resultados atuais (construção de ciclofaixas e de um Plano Cicloviário, por exemplo). O estudo evidencia que os atores se movimentaram dentro e fora das estruturas governamentais, acumulando aprendizados e ganhando envergadura no tempo. Isso permitiu a conquista de marcos institucionais da agenda cicloviária, ainda que muitas vezes tenha havido ostensiva reação contrária de atores hegemônicos, representados nos órgãos da grande imprensa. Outrossim, para os autores, esse modal alternativo mostra que há fendas e contradições que podem ser exploradas, numa perspectiva insurgente do espaço urbano.

Em *Movimiento de redención ecológica de la cuenca del Río Piracicaba: una experiencia de acción colectiva*, Miguel Hernández discute os processos participativos que atuam em torno da gestão da água potável, saneamento e recursos naturais, utilizando o caso da Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba como experiência articuladora entre movimentos sociais, iniciativas institucionais de consorciamento e políticas públicas a partir do final dos anos 1970. Há, nesse texto, a ênfase no papel de atores sociais heterogêneos em arenas sociais caracterizadas por situações de tensão, conflito e disputa. Após o relato sobre um embate orquestrado por uma mobilização social ampla

e dinâmica ainda no final dos anos 1970, o autor discorre sobre o início de um complexo processo de institucionalização das demandas da sociedade organizada de Piracicaba, antecipando o uso de novos esquemas de gestão de recursos hídricos, como no exemplo de criação do Consórcio Intermunicipal dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

Em *Tensões criativas e inovações táticas no movimento sindical urbano: os casos dos teleoperadores e dos rodoviários no Rio de Janeiro*, Carlos Takashi Jardim da Silveira, Camila Souza Menezes e Natália Cindra Fonseca analisam as tensões – que podem ser consideradas insurgências – no seio de duas categorias e de dois sindicatos de trabalhadores no Rio de Janeiro. O novo e o velho misturam-se: os teleoperadores são representados por um dos sindicatos mais antigos em atividade, o Sinttel, criado em 1926. O surgimento de trabalhadores precarizados e mais jovens na base sindical produz um repertório de ação coletiva que pode ser visto entre continuidade e descontinuidade de ações sindicais tradicionais. Algo semelhante pode ser visto no movimento sindical rodoviário carioca, no qual formas de ação e organização mais afeitas aos novos repertórios começam a ser adotadas, confrontando e tencionando o sindicato. Em ambos os casos estudados, a insurgência pode ser notada pelo fato de trabalhadores que nunca foram sindicalistas se tornarem protagonistas e movimentarem estruturas, realizando greves que fazem parte de um repertório tradicional da classe trabalhadora. Mais uma mostra de que a insurgência é contra a institucionalidade, mas, ao mesmo tempo, articula-se com ela.

Em *Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia*, Diana Helene discute a atual inserção da questão feminista nos movimentos sociais, apontando para novas formas de engajamento, debate e atuação militante. A autora busca problematizar as ocupações femininas que têm por objetivo acolher mulheres em situação de vulnerabilidade e debater as especificidades das desigualdades de gênero no contexto da luta por moradia, abordando dilemas e ganhos nas vidas de mulheres que participam desses movimentos sociais. A autora realiza um percurso histórico e teórico sobre as questões de desigualdade de gênero no capitalismo.

Em *Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil*, Cristina Almeida Cunha Filgueiras apresenta uma contribuição da sociologia para a análise sobre o fenômeno do morar na rua. É abordada a questão do uso do espaço urbano pelos moradores de rua, assim como também os conflitos gerados no cotidiano de convivência da cidade com os investimentos públicos e privados. Nesse aspecto, é examinado o megaevento esportivo Copa da Fifa, realizado em 2014, como um momento que trouxe evidência para os moradores de rua nas arenas institucional, política e midiática.

Boa leitura!